

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020. No exercício de 2020, com a retração da economia provocada pela COVID-19, voltamos nossas ações para a prestação de serviços no mercado financeiro, em especial aos produtos de câmbio e BaaS e mantivemos ações de manutenção da carteira de crédito. **Governança Corporativa** - Em linha com as boas práticas de governança corporativa do segmento financeiro, o Banco Topázio busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional, de forma a proporcionar maior transparência, equidade, segurança e menor risco na tomada de decisão. Para isso, possui Comitês estruturados que possibilitam a ampla discussão de todas as questões relevantes, suportando à Administração na condução do processo de decisão, objetivando o cumprimento das diretrizes e busca dos melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. Cabe ao Comitê Executivo de Riscos e de Capital e a área de Auditoria Interna verificar o cumprimento dos princípios da boa governança corporativa. **Ouvidoria** - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza canais para acolher opiniões, críticas e reclamações, com pilares na transparência e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. O Banco Topázio preza pela ética nas suas relações, disponibilizando a todos os públicos com os quais se relaciona, nossas diretrizes, firmando o compromisso público com a orientação ética e a gestão sustentável de seu negócio. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance e Controles Internos** - Visando atender às determinações legais sobre o tema e as boas práticas de Governança Corporativa, o Banco Topázio prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que

integram o Sistema de Controles Internos da Instituição. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, são aplicados em conformidade com os principais frameworks e metodologias de controles internos. A área de Compliance é responsável pela coordenação da elaboração e implantação de políticas, planos e procedimentos internos, bem como pelo acompanhamento das demandas regulatórias, por meio de metodologia direcionada ao gerenciamento do risco de conformidade, de modo a atender à Resolução 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. Pautada nas melhores práticas de governança corporativa, a área de Compliance, têm como objetivo a elaboração, atualização e manutenção do programa de Compliance, ferramenta utilizada para assegurar que a gestão dos negócios seja executada em conformidade com as diretrizes estabelecidas. **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo** - A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo é uma preocupação crescente na sociedade, portanto, nosso compromisso é estar em linha com as boas práticas, combater sistematicamente situações de risco ao Banco Topázio e cooperar com os esforços das autoridades governamentais de controle. Desta forma, a área de PLD/CFT é responsável por implantar políticas de Conheça seu Cliente, Conheça seu Funcionário, Conheça seu Fornecedor, Conheça seu Parceiro pelo monitoramento e acompanhamento de operações financeiras atípicas, multiplicação da cultura de PLD/CFT, comunicações de operações suspeitas ao COAF, bem como, a realização de comitês periódicos envolvendo a alta administração. **Gestão de Riscos** - A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e gerenciamento integrado dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional, capital e controles internos, reportando-se ao Chief Risk Officer - CRO. Conta ainda, com a atuação do Comitê Executivo de Riscos e de Capital, através

de reuniões mensais com a Diretoria Executiva e consultores externos. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância com as estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o *Value at Risk* (VaR), além da realização de testes de estresse simulando a carteira da Instituição em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** a gestão utiliza-se do monitoramento e controle de diversos indicadores, como: evolução de saldos, rating, provisão para créditos de liquidação duvidosa, inadimplência, rolagens, concentração e índices de cobertura e de qualidade da carteira, entre outros, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Além disso, através do Comitê de Ativos e Passivos do Banco são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. **Controles Internos** consiste em garantir a implementação, execução e gerenciamento das atividades inerentes às rotinas operacionais das áreas, observando a aplicação dos controles internos chave para mitigação de riscos. Por fim, a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos e capital no Banco Topázio está disponível na seção Institucional/Relação com Investidores do endereço eletrônico www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 23 de junho de 2021. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	31/12/2020	31/12/2019		
Ativo			Passivo	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	460.324	178.087	Depósitos e demais instrumentos financeiros (Nota 9)	
Disponibilidades	54.322	15.086	Depósitos à vista	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	406.002	163.001	Depósitos a prazo	
Instrumentos financeiros (Nota 5)	513.416	475.577	Depósitos em moedas estrangeiras	
Relações interfinanceiras	57.526	15.677	Conta de pagamento pré paga	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	259.256	148.192	Obrigações por operações compromissadas	
Operações de crédito	196.634	311.708	Recursos em trânsito de terceiros	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.518)	(40.498)	Relações interfinanceiras	
Créditos tributários (Nota 6)	11.109	17.477	Provisões (Nota 10)	
Outros ativos (Nota 7)	698.650	664.020	Provisões para contingências	
Carteira de câmbio	60.221	-	Outros passivos	
Rendas a receber	268	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	
Diversos	638.790	664.359	Carteira de câmbio (Nota 7)	
Provisão para outros créditos	(3.154)	(3.158)	Sociais e estatutárias	
Despesas antecipadas	905	656	Fiscais e previdenciárias	
Bens não de uso próprio	1.620	2.163	Diversas (Nota 11)	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	287	-	Patrimônio líquido (Nota 12)	
Imobilizado de uso (Nota 8)	2.845	3.072	Capital social	
Intangível (Nota 8)	11.164	8.669	De domiciliados no País	
Depreciações e amortizações	(6.428)	(3.548)	Aumento de capital	
			Capital a realizar	
			Outros resultados abrangentes	
			Prejuízos acumulados	
			Total do passivo e do patrimônio líquido	
Total do ativo	1.669.849	1.302.856	1.669.849	1.302.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)						
	Capital social	Aumento de capital	Capital a realizar	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	133.114	-	-	(10)	(51.289)	81.815
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(20.947)	(20.947)
Aumento de capital (Nota 12)	-	20.800	(20.800)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019	133.114	20.800	(20.800)	(9)	(72.236)	60.869
Saldos em 1º de janeiro de 2020	133.114	20.800	(20.800)	(9)	(72.236)	60.869
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.779)	(10.779)
Aumento de capital (Nota 12)	26.300	12.078	4.361	-	-	42.739
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	(274)	-	(274)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	159.414	32.878	(16.439)	(283)	(83.015)	92.555
Saldos em 1º de julho de 2020	133.114	26.300	-	(46)	(79.756)	79.612
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(3.259)	(3.259)
Aumento de capital (Nota 12)	26.300	6.578	(16.439)	-	-	16.439
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	(237)	-	(237)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	159.414	32.878	(16.439)	(283)	(83.015)	92.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que opera na forma de Banco Múltiplo. Tem como objetivo oferecer serviços e produtos financeiros voltados para pessoas físicas e jurídicas, como crédito, câmbio e investimentos. Atuamos no segmento de crédito através de operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento e em parcerias com Fintechs oferecendo soluções de conectividade com o Sistema Financeiro. No mercado de câmbio, operamos com câmbio pronto, contas correntes em moeda estrangeira, remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 17 de março de 2021. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber: **• Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. **• Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. **• Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento, reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, é mantida em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 que se enquadraram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN foram mantidas no mesmo

nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020. **f. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **g. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 8, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 e com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. **h. Intangível:** O ativo intangível está representado pelos projetos Melhorias IM/MB, Bank as a Service, Onboarding, Inteligência de Crédito, Cobrança Própria Topázio, Abertura de Contas, Banco Digital, CCME, Topázio Digital MVP2, PIX e Antecipação de Recebíveis, registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 2 a 3 anos. **i. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **j. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **k. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: • Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **• Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **l. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A provisão para a contribuição social sobre o lucro, foi calculada a 15% em 2019. A partir de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional 103/2019, de 13 de novembro de 2019, a alíquota voltou a ser de 20%. A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021 majora a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 25% entre 01 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para as instituições financeiras. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são calculados sobre as diferenças temporárias de provisões para créditos de liquidação duvidosa. **m. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **n. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **o. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas,

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem. 2020	2020	2019
Receitas da intermediação financeira (Nota 13)	150.256	284.420	303.862
Operações de crédito	33.225	65.987	79.268
Resultado de operações de câmbio (Nota 7)	7.457	9.705	20.771
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.185	12.380	19.101
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(878)	(878)	-
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	104.667	197.226	184.722
Despesas da intermediação financeira	(27.808)	(69.045)	(202.580)
Operações de captação no mercado (Nota 9)	(14.726)	(39.212)	(158.109)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(5.805)	(6.546)	(715)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(7.277)	(23.287)	(43.756)
Resultado bruto da intermediação financeira	122.448	215.375	101.282
Outras receitas/despesas operacionais	(117.498)	(218.918)	(119.572)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	43.472	80.769	98.926
Rendas de tarifas bancárias	3.613	5.681	6.700
Despesas de pessoal	(11.102)	(20.498)	(21.678)
Despesas administrativas (Nota 15)	(50.085)	(95.503)	(154.370)
Despesas tributárias	(11.799)	(21.017)	(17.506)
Resultado de participações em coligadas e controladas	108	187	-
Outras receitas operacionais	2.455	4.578	1.701
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(94.160)	(173.115)	(33.345)
Resultado operacional	4.950	(3.543)	(18.290)
Resultado não operacional	(752)	(869)	233
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.198	(4.412)	(18.057)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	(7.457)	(6.367)	(2.890)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.457)	(6.367)	(2.890)
Prejuízo do período	(3.259)	(10.779)	(20.947)
Prejuízo por ação	(0,016)	(0,052)	(0,155)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem. 2020	2020	2019
Prejuízo líquido dos períodos	(3.259)	(10.779)	(20.947)

Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Ajuste ao valor de mercado - TVM	(237)	(274)	1
Resultado abrangente total dos períodos	(3.496)	(11.053)	(20.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem. 2020	2020	2019
Atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício antes dos impostos	4.198	(4.412)	(18.057)
Ajustes ao resultado do semestre/exercício	1.605	14.214	21.461
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7.277	23.287	43.756
Provisão para passivos contingentes	(140)	(104)	(772)
Depreciação e amortização	1.822	3.202	2.383
Baixa líquida de imobilizado e intangível	809	810	207
Equivalência patrimonial	(108)	(187)	-
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.055)	(12.794)	(24.113)
Resultado líquido ajustado	5.803	9.802	3.404
Variações nos ativos e passivos	183.319	220.402	(71.522)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(60.541)	(111.338)	(80.044)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras	(44.308)	(41.834)	214.514
Redução em operações de crédito	34.544	72.808	23.463
(Aumento) em outros ativos	(236.460)	(34.631)	(599.760)
Redução em outros passivos	43.047	53.253	30.908
Aumento em depósitos	399.935	195.702	255.213
Aumento em obrigações por operações compromissadas	24.081	63.545	81.915
Aumento em relações interdependências	23.021	22.897	2.269
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	189.122	230.204	(68.118)
Atividades de investimentos			
Aquisição de controlada	-	(99)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(8)	(58)	(1.094)
Aplicação no intangível	(1.144)	(3.343)	(3.552)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.152)	(3.500)	(4.646)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital por subscrição	16.439	42.739	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	16.439	42.739	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	204.409	269.443	(72.764)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	247.860	178.087	226.738
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	8.055	12.794	24.113
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 4)	460.324	460.324	178.0

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2019	Consti- tuição	Rea- lização	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Adições temporárias					
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17.477	8.115	(438)	(14.045)	11.109
Período					2020 2019
Até 1 ano (Circulante)					8.312 14.280
Até 2 anos					410 634
Até 3 anos					501 654
Até 4 anos					375 537
Até 5 anos					180 279
Mais de 5 anos					1.331 1.093
Não circulante					2.797 3.197
Total					11.109 17.477

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 2,69% a.a. em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 10.614 (R\$ 16.488 em 2019).

a. Transações e saldos:

Ativo	2020					2019					
	(a) Saque e Pague	(b) Ticket	(c) Intermetro	(d) Teccloud	(e) Good Card	Outras	Pessoas físicas (i)	Total	Pessoas jurídicas	Pessoas físicas	Total
Outros créditos (f)	153	33	-	-	-	3	-	189	1.389	-	1.389
Cessão de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	18.683	-	18.683
Antecipação de recebíveis	-	197.855	-	-	-	25.779	-	223.634	238.338	-	238.338
Passivo											
Depósitos à vista	753	555	15	123	-	496	89	2.031	1.482	5	1.487
Depósitos a prazo (g)	56	218.189	12.237	665	1.208	30.025	27.740	290.120	277.108	34.328	311.436
Outros passivos (h)	6.121	181	140	62	-	347	-	6.851	8.264	-	8.264

(a) Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A. (b) Ticket Soluções HDFGT S.A. (c) Intermetro Locações Serviços POAH Ltda. (d) Teccloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. (e) GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda. (f) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas. (g) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs com remunerações em até 150% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). (h) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. (i) Pessoas físicas referem-se a acionistas, com participações diretas e indiretas na instituição. **b. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pago via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$ 2.119 (R\$ 2.770 em 31 de dezembro de 2019). O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **19. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência

de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. A gestão desse risco utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do

instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** O Banco Topázio possui o Patrimônio de referência (PR) acima do mínimo exigido sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O PR é formado pelo capital denominado como de Nível 1(NI), e este, por sua vez, é formado por capital classificado como Capital Principal (CP), desse modo esses indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e, portanto, estão acima do mínimo exigido de 6% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do Bacen e demais normativos pertinentes.

Limites Operacionais

	Dez/20	Dez/19
Patrimônio de Referência (PR)	70.060	75.119
Nível I (NI)	70.060	75.119
Capital principal - CP	70.060	75.119
Capital Social	159.414	133.114
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(282)	(9)
Lucros/Prejuízos acumulados	(83.015)	(72.236)
Depósito para Suficiência de Capital	-	20.800
Ajustes prudenciais	(6.055)	(6.550)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	621.898	637.243
Margem de Capital (i)	12.535	8.208
Índice de Basileia (PR/RWA)	11,27%	11,79%
Índice de Basileia - Amplo	10,50%	11,09%
RBAN	3.652	3.194
Situação de Imobilização (Imob)	1.813	1.643
Índice de imobilização (Imob/PR)	2,59%	2,19%

21. Resultado recorrente e/ou não recorrente: O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição, sendo operações bancárias em geral, inclusive operar em câmbio e prestação de serviços bancários em geral, de acordo o Estatuto Social. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os exercícios de 2020 e 2019, o resultado do Banco foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **22. Eventos subsequentes:** No período entre 01 de julho de 2021e 31 de dezembro de 2021, de acordo com a Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido será de 25% para as instituições financeiras.

A Diretoria

Patrícia Cáren da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos Srs. Diretores e Acionistas do Banco Topázio S.A. Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Porto Alegre, 23 de junho de 2021

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS